



**Informações Financeiras
Intermediárias “Carve-out”
Estrada de Ferro Carajás
30 de Setembro de 2018**



Estrada de Ferro Carajás
Índice das Informações Financeiras Intermediárias “Carve-out”
Em 30 de setembro de 2018

	Página
Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias “Carve-out”	3
Demonstração do Resultado	5
Balanço Patrimonial	6
Notas Explicativas às informações financeiras intermediárias “Carve-out”	7



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias "Carve-out"

**Aos Administradores e Acionistas da
Vale S.A**
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias "Carve-out" da Estrada de Ferro Carajás ("Ferrovia") da Vale S.A. ("Companhia") referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial "Carve-out" em 30 de setembro de 2018 e a demonstração do resultado "Carve-out" para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias "carve-out" de acordo com as bases de elaboração descritas na Nota Explicativa nº 2. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias "Carve-out" com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias "Carve-out"

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias "Carve-out" incluídas nas informações intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as bases de elaboração descritas na Nota Explicativa nº 2.

Ênfase - Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias "carve-out"

Chamamos à atenção para a Nota Explicativa nº 2 às informações financeiras intermediárias "Carve-out" que descreve os critérios utilizados para rateio e alocação das receitas, despesas, ativos e passivos. Esta também destaca que as informações financeiras intermediárias "Carve-out" foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir com os requisitos descritos no parágrafo "Restrição sobre uso e distribuição". Conseqüentemente, essas informações financeiras intermediárias "Carve-out" podem não ser necessariamente um indicativo da performance financeira e dos resultados das operações que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Ferrovia como uma entidade jurídica. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos - Restrição sobre uso e distribuição

Estas informações financeiras intermediárias "Carve-out" foram preparadas com o propósito de auxiliar a Companhia com o cumprimento dos requisitos do "Termo de Compromisso" e seu respectivo termo aditivo firmado entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Companhia. Conseqüentemente, elas podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação dos administradores da Vale S.A. e da ANTT e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não a Vale S.A. e a ANTT.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Thiago Ferreira Nunes
Contador CRC RJ-112066/O-0

Estrada de Ferro Carajás
Demonstração do Resultado do período de nove meses findo em

Em milhares de reais

		30 de setembro de 2018	30 de setembro de 2017
	Notas	(não auditado)	(não auditado)
Receita de serviços, líquida	10	5.574.635	4.292.264
Custos dos serviços prestados	11(a)	(2.421.702)	(1.990.180)
Lucro bruto		3.152.933	2.302.084
Despesas operacionais			
Com vendas e administrativas	11(b)	(16.501)	(12.238)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	11(c)	(44.072)	(352.438)
		(60.573)	(364.676)
Lucro operacional		3.092.360	1.937.408
Resultado financeiro	12	(681.229)	(1.004.906)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		2.411.131	932.502
Tributos sobre o lucro			
	8		
Imposto de renda		(602.783)	(233.126)
Contribuição social		(217.002)	(83.925)
		(819.785)	(317.051)
Lucro líquido do período		1.591.346	615.451

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias “carve-out”.

Estrada de Ferro Carajás
Balço Patrimonial em

Em milhares de reais

	Notas	30 de setembro de 2018 (não auditado)	31 de dezembro de 2017
Ativo			
Circulante			
Partes relacionadas	15	14.224	21.432
Almoxarifado	2(d)	122.466	149.183
Outros		7.665	7.562
		144.355	178.177
Não circulante			
Tributos a Recuperar	6	141.263	81.767
Depósitos judiciais	7	123.629	143.426
Outros		2.496	-
		267.388	225.193
Intangível	4	12.037.269	10.165.256
Imobilizado	5	14.628.161	13.807.596
		26.665.430	23.972.852
Total do ativo		27.077.173	24.376.222
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e empreiteiros	2 (h)	984.774	874.236
Obrigações sociais e tributárias	6	2.379.383	1.526.698
Partes relacionadas	15	16.146	4.533
Outros		345.488	293.949
Dividendos a pagar	10 (c)	-	256.681
		3.725.791	2.956.097
Não circulante			
Partes relacionadas	7	15.979.532	15.622.894
Provisões para processos judiciais	8	75.053	91.781
		16.054.585	15.714.675
Total do passivo		19.780.376	18.670.772
Patrimônio líquido			
Contribuição de capital	10	3.597.790	3.597.790
Resultados acumulados		3.699.007	2.107.660
Total do patrimônio líquido		7.296.797	5.705.450
Total do passivo e patrimônio líquido		27.077.173	24.376.222

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias “carve-out”.

Estrada de Ferro Carajás

Notas Explicativas às informações financeiras intermediárias “Carve-out”

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

1. Contexto operacional

A Estrada de Ferro Carajás (a “Ferrovia” ou “EFC”) compreende uma ferrovia de 972 quilômetros, que interliga a Serra dos Carajás, no Estado do Pará, ao porto de Ponta Madeira em São Luís - Maranhão, onde se localiza o seu controle operacional. A Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale S.A. (“Vale” ou a “Companhia”), por meio de centros de lucros e de custos.

A Ferrovia é substancialmente utilizada para o escoamento dos minérios extraídos e beneficiados pela Vale provenientes das suas próprias minas. A Ferrovia também efetua transportes de minério de ferro, pelotas e outras cargas para terceiros (tais como ferro-gusa, grãos, veículos e combustíveis), além do transporte de passageiros.

De 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018, a Ferrovia transportou 147.174 mil TU toneladas de produtos (123.419 mil TU em 2017) e 230 mil passageiros (216 mil em 2017).

2. Sumário das principais práticas contábeis

a) Base de apresentação e preparação

Estas informações financeiras intermediárias “carve-out” representam as operações ferroviárias da Vale para a Ferrovia Carajás e foram preparadas com base nos registros contábeis da Ferrovia, os quais são controlados e operados por meio de centros de lucros e de custos pela controladoria da Vale.

Esses registros contábeis foram preparados considerando o custo histórico como base de valor e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e combinados com critérios estabelecidos no Termo de Compromisso celebrado em 13 de novembro de 2006 e respectivo termo aditivo datado de 10 de junho de 2008 com a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Companhia; adequando-se a Resolução nº 1.771, publicada em 26 de dezembro de 2006, que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros e suas revisões conforme Resoluções nº 2.507, publicada em 21 de dezembro de 2007 e nº3847, publicada em 26 de junho de 2013.

Estas informações financeiras intermediárias “carve-out” contemplam somente balanço patrimonial e demonstração do resultado conforme requerido pelo Termo de Compromisso mencionado acima.

As principais práticas contábeis e critérios utilizados na preparação destas informações financeiras intermediárias “carve-out” são como segue:

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias “carve-out” da Ferrovia são mensuradas e apresentadas em Real (“R\$”), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Ferrovia atua. As operações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, como despesa ou receita financeira.

c) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A Ferrovia classifica seus ativos e passivos como circulantes quando espera realizar os ativos e liquidar os passivos em até doze meses após a data do relatório. Outros ativos e passivos são classificados como não circulantes.

d) Almojarifado

O almojarifado é composto de materiais de consumo e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e, quando aplicável, uma estimativa de perdas com materiais obsoletos ou de baixa movimentação é reconhecida. Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 não há provisões para ajuste a valor de realização.

e) Intangível

Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia possui concessão para explorar bens de ferrovias por um período de tempo determinado. Os bens reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos intangíveis e amortizados pelas vidas úteis dos bens, definida na Resolução nº 4.540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, conforme a seguir:

Ativo Intangíveis	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Infraestrutura ferroviária	35 anos
Outros	10 anos a 20 anos

f) Imobilizado

Os bens não reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos imobilizados e reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos imobilizados são depreciados com base nas vidas úteis dos bens definidas na Resolução nº 4540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, conforme a seguir:

Ativo Imobilizado	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Locomotivas	12 anos a 25 anos
Vagões	33 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Infraestrutura ferroviária	35 anos
Outros	10 anos a 20 anos

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados seguindo o mesmo critério acima.

g) Redução do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Ferrovia avalia, a cada divulgação, se existem evidências objetivas de que o valor contábil de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos não financeiros de longa duração, devem ser reduzidos ao valor recuperável.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é efetuada uma análise comparativa entre o valor contábil e os fluxos de caixa esperados para o ativo, e quando há algum indicador de que o valor não seja recuperável, é efetuado o ajuste de *impairment*.

Para os ativos não financeiros de longa duração (como, intangíveis ou imobilizados), quando há indicação de redução ao valor recuperável, diretamente atribuída a um ativo, é identificado o menor grupo de ativos para os quais existam fluxos de caixa separadamente identificável (“unidade geradora de caixa” ou “UGC”) e é realizado o teste de *impairment* para identificar o valor recuperável desses ativos agrupados. Se identificada a necessidade de ajuste, o mesmo é apropriado de forma sistemática a cada ativo da unidade geradora de caixa. O valor recuperável é maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

A Ferrovia determina seus fluxos de caixas com base nos orçamentos aprovados considerando: custos e investimentos baseados na melhor estimativa e em desempenhos passados e preços de venda consistentes com as projeções utilizadas nos relatórios publicados pela indústria, considerando a cotação de mercado quando disponível e apropriado. Os fluxos de caixa utilizados são projetados com base na vida útil de cada unidade e considerando taxas de desconto que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa, dependendo de sua composição e localização.

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 não há registro de *impairment* de ativos nas informações financeiras intermediárias “carve-out” da Ferrovia.

h) Fornecedores e empreiteiros

As contas a pagar a fornecedores e empreiteiros são obrigações a pagar por bens que foram adquiridas no curso normal dos negócios. Estas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva de juros. Em 30 de setembro de 2018 o saldo em aberto com fornecedores e empreiteiros era de R\$ 984.774 (R\$874.236 em 31 de dezembro de 2017).

i) Obrigações sociais e tributárias

Os pagamentos de benefícios tais como salário, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência. As obrigações tributárias representam o recolhimento de Impostos sobre a circulação de mercadoria e serviços - ICMS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS proveniente das receitas da companhia bem como imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

j) Provisão para processos judiciais

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pela Ferrovia. A provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

k) Classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2018, a IFRS 9 - Instrumentos financeiros. Este pronunciamento traz novas abordagens sobre a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, um novo modelo de redução ao valor recuperável e novas regras para contabilização de hedge accounting.

- Classificação e mensuração - De acordo com a IFRS 9, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo (e inclui os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado).

Os investimentos em instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente a valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), custo amortizado ou valor justo por meio do resultado abrangente (“FVOCI”). A classificação é baseada em duas condições: o modelo de negócios da Companhia no qual o ativo é mantido; e se os termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (“SPPI”).

A categoria FVOCI inclui apenas instrumentos patrimoniais que não os mantidos para venda e, para os quais a Companhia elegeu de forma irrevogável essa designação quando do seu reconhecimento inicial. Os ganhos ou perdas dos instrumentos patrimoniais classificados como FVOCI não são reciclados para o resultado quando da sua baixa e também não estão sujeitos a avaliação de *impairment* pela IFRS 9.

Não há impacto significativo nas demonstrações financeiras intermediárias resultantes da aplicação do IFRS 9.

l) Receita de serviços

A receita de carga geral e de passageiros é reconhecida quando a Ferrovia transfere para seus clientes todos os riscos e benefícios significativos referentes aos serviços prestados. A receita está apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Ferrovia e as receitas e os custos puderem ser medidos de forma confiável.

Para a receita de transporte próprio, a Vale apropriou à Ferrovia uma receita com base em preço de transferência para o minério próprio transportado, conforme critérios estabelecidos no “Termo de Compromisso” e no aditivo datado de 10 de junho de 2008.

m) Impostos incidentes sobre receita de transporte próprio

A partir de 1º de janeiro de 2008, PIS, COFINS e ICMS passaram a ser reconhecidos sobre a receita de transporte próprio, conforme cláusula terceira, letra "f", do primeiro termo aditivo ao "Termo de Compromisso" datado de 10 de junho de 2008.

n) Despesas administrativas do centro corporativo

Os lançamentos das despesas administrativas foram alocados com base na prestação de serviços compartilhados entre áreas e no consumo de materiais, calculados por transação e pelo regime de competência.

A despesa administrativa remanescente e comum a Ferrovia e a Vale que não permite identificação do direcionador de custo na forma do parágrafo acima poderá a juízo da Companhia, ser lançada pelo regime de competência e por critério de rateio em contas correlatas de despesas administrativas da Ferrovia, tendo como base o número de empregados da Ferrovia em relação ao número total de empregados da Vale.

Tais lançamentos são correspondentes ao percentual de 2,5% das despesas administrativas da Companhia.

o) Outras despesas e receitas operacionais

Conforme determinado no "Termo de Compromisso e respectivo termo aditivo", o saldo de outras despesas/receitas operacionais quando identificadas serão alocados diretamente à Ferrovia.

p) Tributos sobre o lucro

Na elaboração das informações financeiras intermediárias "carve-out", a provisão para imposto de renda foi calculada com base na alíquota de 34% sobre o lucro.

q) Partes relacionadas

No curso normal das operações a Ferrovia contrai direitos e obrigações com partes relacionadas, decorrentes de operações de compra e venda de serviços (nota explicativa 2I) de transporte ferroviário.

Adicionalmente a Ferrovia dispõe de recursos financeiros (disponibilidades) junto a Vale, os quais são utilizados para financiar suas operações e realizar os investimentos necessários. Conforme determinado no "Termo de Compromisso" e respectivo termo aditivo, o saldo da "nova" conta de "disponibilidades", denominada partes relacionadas nesta demonstração financeira "carve-out", criada para registrar a movimentação das disponibilidades, inclusive as decorrentes do transporte de minério próprio, quando for devedor, será remunerado ao final de cada mês com base na forma dos contratos praticados pela Vale com as suas controladas e coligadas e a contrapartida na conta "receitas financeiras". Quando o saldo for credor será transferido para passivo e a Ferrovia remunerará a Vale ao final de cada mês com base na taxa média dos empréstimos obtidos pela Companhia com contrapartida na conta de despesas financeiras.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das informações financeiras intermediárias "carve-out" requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas informações financeiras intermediárias "Carve-out" estão assim apresentadas:

a) Redução do valor recuperável de ativos "Impairment"

A Companhia testa a recuperabilidade de seus ativos tangíveis (quando há evidência de *impairment*) e intangíveis (anualmente) segregados por unidade geradora de caixa, utilizando modelos de fluxo de caixa descontado que dependem de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

b) Provisão para processos judiciais

As provisões para processos judiciais são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos.

O registro das provisões ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

4. Intangível

	30 de setembro de 2018 (não auditado)			31 de dezembro de 2017		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Vida útil definida						
Concessões	14.436.185	(2.398.916)	12.037.269	12.395.662	(2.230.406)	10.165.256
Total	14.436.185	(2.398.916)	12.037.269	12.395.662	(2.230.406)	10.165.256

Abaixo, demonstramos as movimentações dos ativos intangíveis ocorridas no período:

	Concessões
Saldo em 31 de dezembro de 2016	7.759.154
Adição	1.994.726
Amortização	(96.441)
Baixas	(8.341)
Saldo em 30 de setembro de 2017 (não auditado)	9.649.098

	Concessões
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10.165.256
Adição	2.202.177
Amortização	(272.879)
Baixas	(57.285)
Saldo em 30 de setembro de 2018 (não auditado)	12.037.269

5. Imobilizado

	30 de setembro de 2018 (não auditado)			31 de dezembro de 2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações	5.362.184	(872.877)	4.489.307	4.809.003	(847.404)	3.961.599
Instalações/Infraestrutura	8.520.154	(1.845.257)	6.674.897	7.096.140	(1.541.146)	5.554.994
Equipamentos	582.465	(175.887)	406.578	406.138	(135.625)	270.513
Outros	1.154.867	(481.482)	673.385	1.286.324	(448.285)	838.039
Imobilizado em curso	2.383.994	-	2.383.994	3.182.451	-	3.182.451
	18.003.664	(3.375.504)	14.628.161	16.780.056	(2.972.460)	13.807.596

Abaixo, demonstramos as movimentações dos ativos imobilizados ocorridas no período:

	Edificações	Instalações/ Infraestrutura	Equipamentos	Outros	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.841.256	3.117.232	295.327	188.847	5.448.972	12.891.634
Adições	-	-	-	-	1.396.564	1.396.564
Baixas / AJ. Centro de Lucro	(41.683)	-	-	(33.700)	(598.240)	(673.623)
Depreciação e amortização	(41.657)	(131.140)	(22.454)	(307.350)	-	(502.601)
Transferências	1.563.976	681.283	348.867	429.400	(3.023.526)	-
Saldo em 30 de setembro de 2017 (não auditado)	5.321.892	3.667.375	621.740	277.197	3.223.770	13.111.974
						Saldos em
	Edificações	Instalações/ Infraestrutura	Equipamentos	Outros	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.961.599	2.837.335	575.224	838.039	3.182.451	13.807.596
Adições	-	-	-	-	1.373.991	1.373.991
Baixas / AJ. Centro de Lucro	(47.436)	-	-	-	(128.425)	(77.235)
Depreciação e amortização	(90.941)	(168.784)	(33.574)	(84.265)	-	(377.565)
Transferências	666.085	1.288.688	169.639	(80.389)	(2.044.023)	(0)
Saldo em 30 de setembro de 2018 (não auditado)	4.489.307	6.674.897	406.578	673.385	2.383.994	14.628.161

6. Tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias

Abaixo, demonstramos a composição dos tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias:

	30 de setembro de 2018 (não auditado)	31 de dezembro de 2017
Ativo:		
COFINS	141.263	81.767
Total Tributos a Recuperar	141.263	81.767
Passivo:		
Obrigações sociais	87.908	132.750
PIS	22.388	35.306
ISS	2.718	3.110
ICMS	38.503	17.489
IRPJ	1.491.070	888.287
CSLL	569.057	352.057
Outras	167.738	97.699
Tributos à Pagar	2.379.383	1.526.698

7. Provisões para processos judiciais

A Ferrovia é parte envolvida em ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais, as quais estão sendo discutidas tanto na esfera administrativa quanto na judicial, sendo amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas pela opinião da diretoria jurídica da Companhia e de seus consultores legais externos.

As variações dos processos judiciais são as seguintes:

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.736	15.314	76.819	999	99.868
Adições reversões	-	4.092	17.713	-	21.805
Pagamentos	-	(5.185)	(32.323)	-	(37.508)
Atualizações monetárias	508	5.000	(801)	45	4.752
Saldo em 30 de setembro de 2017 (não auditado)	7.244	19.221	61.408	1.044	88.917

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.426	10.531	72.817	1.007	91.781
Adições reversões	178	4.113	9.006	(388)	12.909
Pagamentos	(179)	(3.082)	(32.011)	-	(35.272)
Atualizações monetárias	590	(1.003)	6.667	(619)	5.635
Saldo em 30 de setembro de 2018 (não auditado)	8.015	10.559	56.479	-	75.053

Correlacionados às provisões, existem depósitos judiciais. Os depósitos judiciais são garantias exigidas judicialmente, atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Ferrovia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos pelo reclamante, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

Os depósitos judiciais estão assim representados:

	30 de setembro de 2018 (não auditado)	31 de dezembro de 2017
Processos tributários	62.213	60.342
Processos cíveis	5.708	11.254
Processos trabalhistas	43.505	60.313
Processos Ambientais	12.202	11.517
Total	123.629	143.426

A Companhia discute ações nas esferas administrativa e judicial para as quais existe expectativa de perdas possíveis, e entende que para estas não cabe provisão, visto que existe um forte embasamento jurídico para o posicionamento da Companhia. Estes passivos contingentes estão assim representados:

	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
	(não auditado)	
Processos tributários	48.042	21.987
Processos cíveis	658.477	397.401
Processos trabalhistas	143.289	147.741
Processos ambientais	43.343	39.944
Total	893.151	607.073

8. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro no Brasil compreendem o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. A alíquota estatutária e efetiva nos exercícios apresentados é de 34%.

O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro nas informações financeiras intermediárias “carve-out” está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	30 de setembro de 2018	30 de setembro de 2017
	(não auditado)	(não auditado)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	2.411.131	932.502
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(819.785)	(317.051)

9. Patrimônio Líquido

a) Contribuição de Capital

A contribuição de capital é de R\$ 3.597.790 formada pelos valores utilizados pela Vale necessários para o início das operações da Ferrovia, entre eles recursos financeiros e aquisição de ativo imobilizados e intangíveis.

b) Resultados Acumulados

Os resultados acumulados são de R\$ 2.107.660 formados pelos lucros dos exercícios anteriores e serão distribuídos conforme as reservas previstas no Estatuto Social da Vale, sendo:

Reserva de Investimento - tem como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Vale, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social.

Reserva de Legal - constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras de capital aberto e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de Incentivos Fiscais - resulta da opção de designar uma parcela do imposto de renda devido para investimentos em projetos aprovados pelo governo bem como incentivos fiscais.

Reserva de Remuneração Adicional Proposta - resulta da parcela da remuneração proposta, feita pela administração, que excede a remuneração mínima obrigatória estabelecida no Estatuto Social da Vale.

c) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto Social da Vale determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil, baseado em seu lucro líquido ajustado, resultando em um dividendo mínimo obrigatório de R\$ 293.949. Em dezembro de 2017 foi contabilizado como “Dividendos a pagar” no passivo circulante. Em abril de 2018 foi realizado o pagamento deste título.

10. Receita de serviços, líquida

	30 de setembro de 2018 (não auditado)	30 de setembro de 2017 (não auditado)
Transporte próprio da Vale	6.939.932	5.300.537
Transporte de carga geral e de passageiros	7.117	41.224
Receita acessória de transporte	108.671	89.989
Abatimentos e cancelamentos	(316)	(340)
Impostos sobre receitas	(1.480.769)	(1.139.146)
Total	5.574.635	4.292.264

11. Custos dos produtos vendidos e serviços prestados, despesas com vendas e administrativas e outras despesas (receitas) operacionais, líquidas por natureza

a) Custos de produtos vendidos e serviços prestados

	30 de setembro de 2018 (não auditado)	30 de setembro de 2017 (não auditado)
Pessoal	(489.767)	(443.063)
Material e serviço	(324.094)	(416.353)
Óleo combustível e gases	(546.989)	(443.256)
Depreciação e exaustão	(836.641)	(653.316)
Outros	(224.211)	(34.192)
Total	(2.421.702)	(1.990.180)

b) Despesas com vendas e administrativas

	30 de setembro de 2018 (não auditado)	30 de setembro de 2017 (não auditado)
Pessoal	(9.210)	(5.751)
Serviços	(2.864)	(1.591)
Depreciação e amortização	(2.340)	(3.427)
Outras	(2.088)	(1.469)
Total	(16.501)	(12.238)

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	30 de setembro de 2018 (não auditado)	30 de setembro de 2017 (não auditado)
Provisão para processos judiciais	(12.909)	(21.805)
Pesquisa e Desenvolvimento	(50.354)	(1.388)
Venda de Materiais	16.498	8.419
Outras	2.693	(337.664)
Total	(44.072)	(352.438)

12. Resultado financeiro

Os resultados financeiros ocorridos nos períodos, registrados por natureza e competência, são:

	30 de setembro de 2018 (não auditado)	30 de setembro de 2017 (não auditado)
Despesas financeiras		
Juros	(667.549)	(1.011.072)
Variações monetárias e cambiais	(37.385)	(19.252)
	(704.934)	(1.030.324)
Receitas financeiras		
Variação monetária e cambial	23.705	25.418
	23.705	25.418
Resultado financeiro líquido	(681.229)	(1.004.906)

13. Compromissos

A Companhia celebrou com o governo brasileiro por intermédio do ministério dos transportes, contratos de concessão não onerosa para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga e arrendamento dos bens destinados à prestação desses serviços. Os registros contábeis das concessões estão classificados como ativo intangível, conforme nota 4. O prazo de concessão da ferrovia termina em junho de 2027 ou em caso de término do prazo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da concessionária.

14. Partes Relacionadas

Os saldos das operações com partes relacionadas e seus efeitos nas informações financeiras intermediárias “carve-out” podem ser identificados como segue:

	Ativo		Passivo		Receita de serviços, líquida	
	30 de setembro de 2018 (não auditado)	31 de dezembro de 2017	30 de setembro de 2018 (não auditado)	31 de dezembro de 2017	30 de setembro de 2018 (não auditado)	30 de setembro de 2017 (não auditado)
Vale (i)	-	-	15.979.532	15.627.427	5.465.964	4.255.767
VLI	-	-	16.146	-	108.671	36.497
Ferrovias Norte Sul	14.224	20.896	-	-	-	-
Outros	-	536	-	-	-	-
Total	14.224	21.432	15.995.678	15.627.427	5.574.635	4.292.264

(i) Referem-se aos recursos financeiros utilizados pela Ferrovias para financiar suas operações e investimentos. Os montantes representam empréstimos obtidos e saldo credor de caixa e equivalente de caixa, remunerados ao final de cada mês com base na taxa média dos empréstimos obtidos pela Vale.

* * *

Dioni Barboza Brasil
Gerente de Demonstrações Contábeis
TC-CRC-RJ 083305/O-8